



ENTREVISTA DA SEMANA
Wilson Santos
Deputado Estadual de Mato Grosso
"Não se pode usar o crime como desculpa para negar moradia aos pobres", afirma parlamentar
- Pág. 3

MIGRAÇÃO INTERNA

Mato Grosso atrai milhares de brasileiros em busca de oportunidades



Estado figura entre os que mais recebem migrantes do país; maioria vem do Maranhão, Pará e Rondônia. Cuiabá lidera como destino preferido - Pág. 7

ALIANÇA ESTRATÉGICA



Foto: Marcos Verqueiro

Após rumores, parlamentares unem forças e articulam solução para evitar o fechamento da Santa Casa de Cuiabá

Em abril de 2025, o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, anunciou o remanejamento de todos os serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá para o Hospital Central, que será inaugurado nos próximos meses. A declaração foi feita durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e gerou reação imediata de parlamentares e da sociedade civil.

Leia mais na página 5

BAIXA PRODUTIVIDADE

Crise na Secretaria de Meio Ambiente trava construção civil em Cuiabá, admite prefeito

Prefeito Abílio Júnior reconhece baixa produtividade da pasta e afirma que até 700 projetos aguardam aprovação; setor ameaça levar investimentos para o interior - Pág. 4



Foto: Renan Oliveira

GESTÃO EFICIENTE

Sob comando de Sérgio Ricardo, TCE-MT fortalece fiscalização e moderniza gestão pública

Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso tem promovido avanços na transparência, controle de gastos e aproximação com a sociedade

Pág. 4

Foto: TCE/MT



INFRAESTRUTURA E POLÍTICA

Avallone comenta impasse no Portão do Inferno e cobra solução rápida para a Chapada: "A população está sofrendo"

Parlamentar aponta falhas no início das obras, propõe testes técnicos emergenciais e diz que governo será cobrado por prejuízos à população

Pág. 8

Foto: ALMT





Foto: Assessoria

“ **A aprovação do aumento do número de deputados federais de 513 para 531 não é um mero ajuste técnico; é a crônica de um distanciamento anunciado, um passo deliberado para afastar o poder ainda mais de seu titular de direito: o povo** ”

O Congresso Nacional ainda pertence ao povo? A urgência do Voto Distrital

Na calada dos gabinetes, longe dos olhos e do sentir da Nação, o Congresso Nacional acaba de cravar mais uma adaga no coração já combalido da nossa democracia representativa. A aprovação do aumento do número de deputados federais de 513 para 531 não é um mero ajuste técnico; é a crônica de um distanciamento anunciado, um passo deliberado para afastar o poder ainda mais de seu titular de direito: o povo.

Esta medida, que aprofunda uma ferida antiga, nasce como uma reação insidiosa a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que, pela primeira vez, ousou aplicar o preceito constitucional da proporcionalidade. O que deveria ser um ato de justiça — ajustar o número de deputados à população de cada estado — foi torcido e transformado em seu oposto. O resultado? O que já era ruim, ficou tragicamente pior.

A raiz dessa distorção é amarga e remonta a um tempo de sombras. O entulho autoritário do Pacote de Abril de 1977, criado para manipular a representação popular durante a ditadura, nunca foi devidamente removido. Seus alicerces tortos foram, infelizmente, cimentados na Constituição de 1988. A matemática da injustiça é clara e ofende a inteligência do cidadão: o estado de São Paulo, por exemplo, que abriga cerca de 22% dos brasileiros, tinha direito a apenas 13,6% das cadeiras na Câmara. Com a nova "solução", esse número cairá para 13,1%. Em outras palavras, o voto de um cidadão em um estado continua, por lei, a valer menos que o de outro.

Essa desconexão numérica gera uma desconexão humana. Quando um parlamentar não deve satisfação direta a um eleitorado definido, quando seu nome se perde em uma lista infundável e sua campanha vagueia por um estado inteiro, para quem ele realmente governa? O grito das periferias, a necessidade do pequeno agricultor, a luta da pessoa com deficiência por acessibilidade e dignidade... tudo isso se torna um ruído distante, facilmente abafado pelo barulho dos interesses poderosos que financiam mandatos sem rosto e sem compromisso local.

É preciso ter a coragem de dizer o óbvio: o modelo atual falhou. E a solução não está em remendos que só alargam o rasgo no tecido social. A esperança reside em uma mudança estrutural, em uma ideia simples e poderosa: o voto distrital.



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

Imaginemos o Brasil dividido em distritos eleitorais com populações equivalentes. Em cada distrito, um único deputado seria eleito pelo voto majoritário. De repente, a política deixaria de ser um jogo abstrato de siglas e cores para se tornar uma realidade palpável, com nome e endereço. O eleitor saberia exatamente quem é o "seu" deputado. Seria como na vida da gente, onde cada um conhece o vizinho; sabe a quem pedir ajuda e, principalmente, a quem cobrar uma promessa não cumprida. A prestação de contas seria imediata, direta, pessoal.

Há quem tema, com uma lógica que não se sustenta, que o voto distrital apagaria as minorias do mapa político. Nada mais falso. É o sistema atual, opaco e distante, que as invisibiliza. Quando o poder de pressão do cidadão é real e focado, a cidadania ativa floresce. A comunidade, organizada, forçaria seu representante a lutar por políticas públicas de saúde, educação e inclusão que atendam às necessidades locais de todos, sem exceção. A verdadeira força das minorias não está em serem um nicho num sistema falho, mas em serem parte de uma cidadania fortalecida e vigilante.

O voto distrital não é uma panaceia, mas é uma ferramenta institucional

indispensável. É a plaina que pode começar a acertar a madeira torta da nossa representatividade. É o caminho para edificar estruturas sociais verdadeiramente mais Democráticas, Inclusivas e Justas, onde o Congresso Nacional deixe de ser um clube fechado e volte a ser a casa do povo.

Essa decisão é um sintoma grave da doença. Mas em vez de nos abatermos, devemos encará-la como um chamado. Um chamado para pensarmos além do óbvio, para reacendermos a chama da esperança e para lutarmos por uma reforma que devolva, enfim, o poder a quem ele pertence. É hora de semear o futuro. É hora de devolver o Congresso ao seu verdadeiro dono: o povo brasileiro.

André Naves

é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Economia Política pela PUC/SP. Cientista político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador cultural, escritor e professor (Instagram: @andrenaves.def)

EDITORIAL

Julho Amarelo: A urgente luta contra as hepatites virais

O mês de julho, tradicionalmente marcado pela conscientização sobre a hepatite viral, traz à tona uma questão de saúde pública que ainda precisa de mais atenção: o enfrentamento das hepatites virais, doenças silenciosas que afetam milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Com a campanha Julho Amarelo, mais uma vez, somos convocados a refletir sobre o impacto dessas doenças e a importância de ações preventivas, diagnóstico precoce e acesso universal ao tratamento.

As hepatites virais, em especial as do tipo A, B, C, D e E, possuem características distintas, mas têm em comum a capacidade de comprometer o fígado, podendo levar a complicações graves, como cirrose e câncer hepático. O mais alarmante é que muitas dessas infecções podem ser assintomáticas por anos, tornando a detecção precoce ainda mais difícil. Isso faz com que o diagnóstico tardio seja um fator crucial para o aumento da mortalidade.

No Brasil, as hepatites B e C são as mais prevalentes, com a transmissão ocorrendo principalmente por meio do contato com sangue contaminado e, no caso da hepatite B, também por relações sexuais desprotegidas e da mãe para o filho durante o parto. A hepatite A, por sua vez, está geralmente relacionada ao consumo de água ou alimentos contaminados, refletindo uma questão de saneamento básico e condições de higiene.

A boa notícia é que a prevenção é possível. Existem vacinas eficazes contra a hepatite A e B, e os tratamentos para as hepatites B e C têm avançado significativamente, com terapias antivirais que podem garantir uma vida saudável aos pacientes quando iniciadas precocemente. Porém, para que isso aconteça, é fundamental a disseminação de informações corretas sobre as formas de transmissão, prevenção e as opções de tratamento.

É inegável que o Julho Amarelo tem desempenhado um papel essencial na mobilização da sociedade em torno do tema. A campanha, que envolve diversos setores

da saúde e da sociedade civil, visa alertar para a necessidade de diagnóstico e tratamento, além de promover políticas públicas mais eficazes para o controle e a eliminação das hepatites virais. A cada ano, é mais visível o esforço para ampliar o acesso aos testes rápidos de hepatite, promovendo a conscientização de que a detecção precoce pode salvar vidas.

No entanto, para que o enfrentamento das hepatites virais seja realmente efetivo, é preciso mais do que campanhas pontuais. O Brasil ainda enfrenta grandes desafios em relação ao acesso à saúde, especialmente nas regiões mais afastadas e em comunidades vulneráveis. Muitos ainda não sabem que podem ser portadores do vírus, e a falta de informações e infraestrutura adequada impede que muitos tratamentos cheguem àqueles que mais precisam.

É preciso garantir que a luta contra as hepatites virais não se limite a um mês do ano, mas que seja uma prioridade de saúde pública constante. Políticas de prevenção devem ser incorporadas de forma permanente nas unidades de saúde, e o incentivo ao diagnóstico precoce precisa ser ampliado, especialmente entre os grupos mais expostos aos fatores de risco.

Ao refletirmos sobre o Julho Amarelo, somos chamados a repensar o papel de cada um de nós no combate à hepatite viral. A conscientização é o primeiro passo para a mudança, e ela começa com a informação correta. Ao final, é um esforço coletivo que pode mudar a realidade de milhares de pessoas, garantindo uma sociedade mais saudável e protegida dessas doenças tão silenciosas, mas que podem ser prevenidas e tratadas.

Que o Julho Amarelo nos lembre que a luta contra as hepatites virais não é apenas um ato de saúde, mas um ato de cidadania.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Prefeito preso

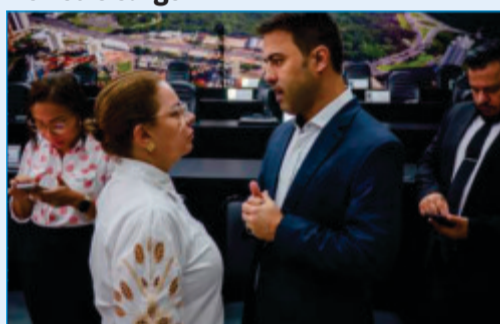
O prefeito de São Félix do Araguaia, Dr. Acácio Alves, foi preso em flagrante pela Polícia Civil durante a Operação Circuito Magnos. A detenção ocorreu após os agentes encontrarem uma arma de fogo na residência do gestor, que não possuía registro de posse. A ação foi autorizada pelo Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco) e está relacionada a uma investigação envolvendo disputa de terras. A autoridade policial local estipulou fiança de R\$ 25 mil, valor que foi pago, permitindo a liberação do prefeito. Filiado ao Republicanos, Acácio se apresenta nas redes sociais como pai, avô, cristão, além de advogado, piscicultor e pecuarista.

Volta a trabalhar só em 2026



O ex-prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), solicitou à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) mais 450 dias de licença de seu cargo efetivo de Técnico Legislativo. Com retorno inicialmente previsto para o mês passado, ele só deve retomar as atividades em setembro de 2026. Esta é a terceira licença consecutiva requerida por Emanuel desde que foi reconduzido ao cargo, em 6 de janeiro deste ano, com salário de R\$ 12 mil. A nova licença, publicada e assinada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da ALMT, é justificada pelo direito a licença-prêmio acumulada em cinco quinquênios entre 1988 e 2020. O período de afastamento remunerado vai de 1º de julho de 2025 a 23 de setembro de 2026. Emanuel está afastado das funções legislativas desde 2016, quando assumiu a Prefeitura de Cuiabá, conforme permite a legislação vigente.

Deixou o cargo



O secretário de Comunicação da Câmara Municipal de Cuiabá, Luiz Gonzaga Neto, surpreendeu parlamentares e servidores ao anunciar, sua saída imediata do cargo, contrariando a informação inicial de que permaneceria até o fim de julho. Em discurso emocionado na tribuna, Gonzaga alegou desmotivação, ambiente hostil e dificuldades estruturais como os principais motivos para a decisão. Apesar da falta de recursos e estrutura, destacou avanços na comunicação institucional e a melhora no relacionamento com a imprensa local. Em tom de desabafo, criticou a resistência de parte da Casa à construção de uma comunicação ética e transparente, citando a existência de uma "minoría barulhenta" que atua contra o interesse público. Gonzaga afirmou ter perdido a vontade de colaborar com quem "não quer ajuda" e preferiu antecipar sua saída após reflexão pessoal. A presidente da Câmara, Paula Calil (PL), lamentou a decisão e reconheceu a contribuição do ex-secretário, afirmando que episódios de desconforto interno motivaram o desligamento.

Convite político



O Partido Novo de Mato Grosso formalizou um convite ao secretário de Fazenda do Estado, Rogério Gallo, para se filiar à legenda. A proposta foi feita durante uma reunião política, na residência do governador Otaviano Pivetta (Republicanos), em Cuiabá. O presidente estadual do Novo, Sérgio Antunes, confirmou o convite e destacou o alinhamento do perfil técnico e de gestão de Gallo com os princípios da sigla. Segundo Antunes, o partido busca nomes com espírito público e competência técnica para fortalecer sua atuação nas eleições proporcionais e majoritárias de 2026. Gallo agradeceu a sinalização, mas ponderou que qualquer decisão será discutida com seu grupo político, ligado à base do União Brasil, especialmente com o governador Mauro Mendes e o vice-governador Pivetta. Mesmo sem confirmação de filiação, o Novo reiterou que mantém as portas abertas para lideranças com perfil técnico e compromisso com a gestão pública.

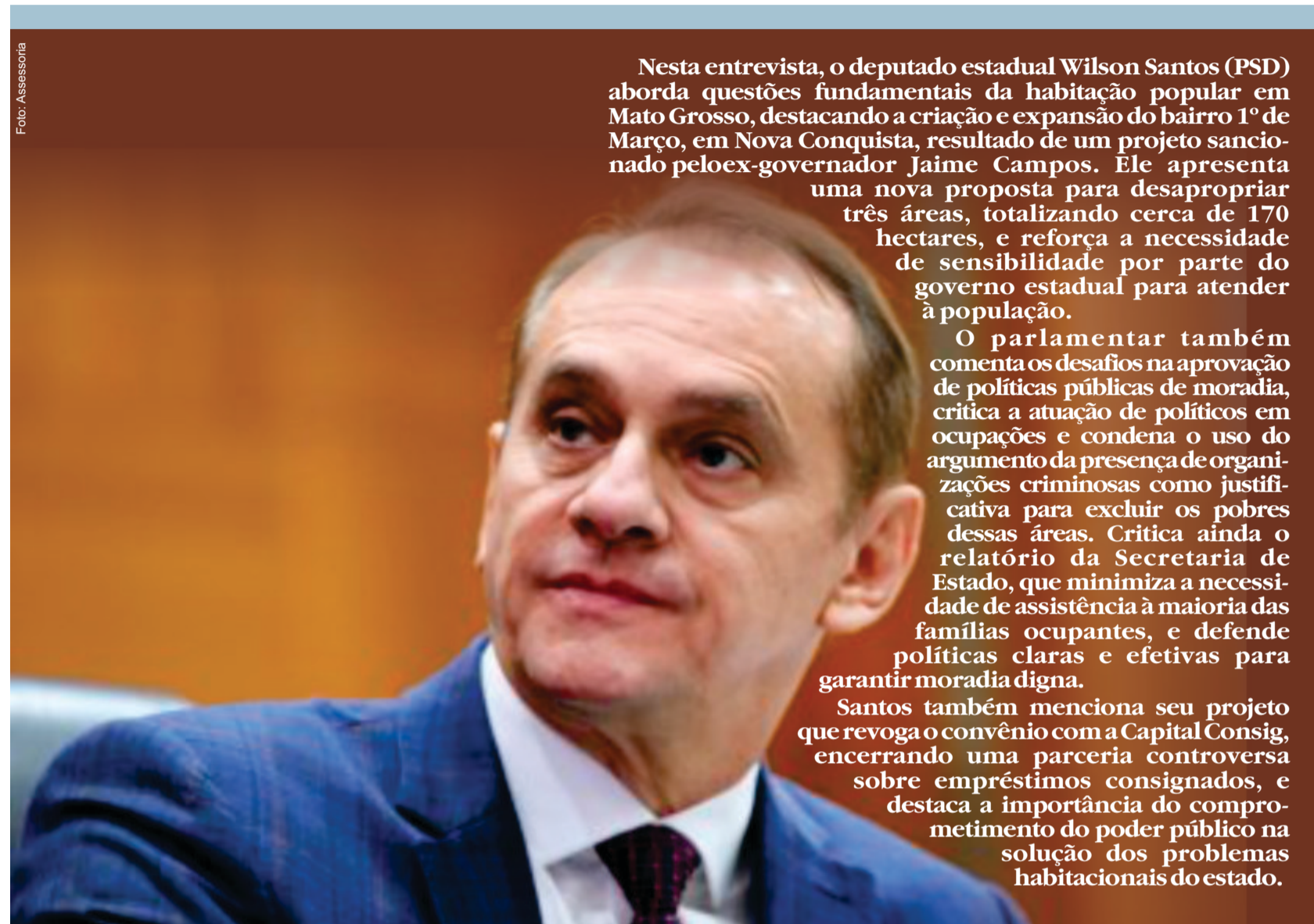
Felicitação



Aniversariante da semana, Marinella é reconhecida como uma farmacêutica de excelência, cuja dedicação e competência fazem a diferença na vida de muitos. O Jornal Centro-Oeste Popular celebra este momento especial desejando a ela muitas felicidades, saúde e conquistas. Que esta nova etapa seja repleta de realizações e motivos para sorrir!

Wilson Santos – Deputado Estadual de Mato Grosso

“Não se pode usar o crime como desculpa para negar moradia aos pobres”, afirma parlamentar



Nesta entrevista, o deputado estadual Wilson Santos (PSD) aborda questões fundamentais da habitação popular em Mato Grosso, destacando a criação e expansão do bairro 1º de Março, em Nova Conquista, resultado de um projeto sancionado pelo ex-governador Jaime Campos. Ele apresenta uma nova proposta para desapropriar três áreas, totalizando cerca de 170 hectares, e reforça a necessidade de sensibilidade por parte do governo estadual para atender à população.

O parlamentar também comenta os desafios na aprovação de políticas públicas de moradia, crítica a atuação de políticos em ocupações e condena o uso do argumento da presença de organizações criminosas como justificativa para excluir os pobres dessas áreas. Critica ainda o relatório da Secretaria de Estado, que minimiza a necessidade de assistência à maioria das famílias ocupantes, e defende políticas claras e efetivas para garantir moradia digna.

Santos também menciona seu projeto que revoga o convênio com a Capital Consig, encerrando uma parceria controversa sobre empréstimos consignados, e destaca a importância do comprometimento do poder público na solução dos problemas habitacionais do estado.

“ O que falta é isso: postura firme, coragem para usar a caneta poderosa da desapropriação ”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – O senhor mencionou que o governo pretende desapropriar áreas no bairro Primeiro de Março. Como surgiu o projeto que deu origem ao bairro 1º de Março em Nova Conquista, e o que o motivou a apresentar agora uma nova proposta de desapropriação?

Wilson Santos – O projeto que criou o bairro 1º de Março nasceu de uma demanda urgente por moradia. Na época, o então governador Jaime Campos sancionou prontamente a proposta, acionou a empresa responsável, adquiriu a área e deu início à urbanização. Agora, apresento ao plenário uma nova proposta autorizando o Poder Executivo a desapropriar três áreas, somando cerca de 170 hectares. Espero que o atual governo tenha a mesma sensibilidade e visão que Jaime Campos demonstrou em 1991, quando apresentei o primeiro projeto.

Centro Oeste Popular – Recentemente, o valor das áreas foi estimado em R\$ 18 milhões. Essa avaliação partiu do governo?

Wilson Santos – O valor foi comentado pelo prefeito Abílio, mas ainda não está definido. O governo fará uma avaliação com base em preços de mercado, por meio de imobiliárias, para garantir uma indenização justa. Tenho buscado apoio dos deputados Eliseu Nascimento, Eduardo Botelho, Paulo Araújo e outros que atuam em Cuiabá, para viabilizar ao menos 50% desse montante. Também conversei com o senador Jaime Campos, que se colocou à disposição para ajudar com emendas parlamentares.

Centro Oeste Popular – O prefeito afirmou que toda invasão tem envolvimento político. Como o senhor vê essa declaração? Não seria uma questão de política habitacional?

Wilson Santos – É verdade que há políticos envolvidos, mas são aqueles que têm sensibilidade social. Estive em mais de 30 ocupações e estarei em muitas outras. Isso me orgulha e faz parte da minha história. Aprendi com líderes como Dante de Oliveira e Gilson de Barros a

defender os mais pobres, não só em época de eleição. Participei da fundação de quase 30 bairros em Cuiabá. Enfrentei dificuldades, fui agredido fisicamente, mas continuei ao lado da população mais humilde. Difícil é lidar com políticos que prometem tudo e depois mudam de postura. Defendemos uma política habitacional consistente. Coordeno hoje a Câmara Setorial Temática de Moradia Popular e, no passado, propus uma emenda destinando R\$ 100 milhões para loteamentos populares, justamente para evitar novas ocupações. Mas a Assembleia rejeitou. E pergunto: onde está o dinheiro do FETAB para habitação? O Estado precisa de rodovias, claro, mas moradia também deve ser prioridade. Quando Dante criou o FETAB, 30% dos recursos eram destinados à habitação popular. Isso não pode ser esquecido.

Centro Oeste Popular – Um dos principais questionamentos sobre as ocupações é a possível presença de organizações criminosas. Qual a sua posição sobre isso?

Wilson Santos – Organizações criminosas existem em diversos setores: na polícia, na política, em qualquer esfera. Se houver envolvimento em ocupações, é papel da Justiça e da polícia investigar e agir. Mas não se pode usar isso como pretexto para negar moradia aos pobres. Se há criminosos, que sejam identificados e retirados. Quem acusa, precisa apontar nomes. Com toda a estrutura estatal disponível, é inadmissível que se generalize para penalizar quem só quer um lugar para viver. Usar essa narrativa é, no mínimo, covarde.

Centro Oeste Popular – O relatório da Secretaria afirma que apenas cerca de 200 famílias nas ocupações necessitam de assistência, e que a maioria não se enquadra nos critérios. O que o senhor pensa sobre isso?

Wilson Santos – Não conheço esse relatório, mas sei que houve equívocos nos critérios. Por exemplo, a exclusão de pessoas com CNPJ. Muitos trabalhadores informais, como pedreiros e carpinteiros,

são hoje microempreendedores (MEI) e, por isso, têm CNPJ. Isso não pode ser motivo de exclusão. Tenho 40 anos de experiência nessa área, participei da criação de bairros como Barbado, Barbadinho, Canjica, Vitória, Florianópolis, 1º de Março, Dr. Fábio Alves da Serra, Santa Laura e Jardim Liberdade. O governo precisa ouvir quem conhece o tema. É possível reduzir a pressão por moradia se os governos municipal, estadual e federal adotarem políticas claras em favor dos mais pobres. Vivemos em um Estado rico, mas desigual: enquanto milhões de hectares são cultivados, milhares de famílias não têm sequer um terreno de 10 por 20 metros.

Centro Oeste Popular – Considerando que o relatório da Secretaria não foi oficialmente apresentado, qual o senhor acredita ser a intenção do governo ao divulgar-lo? Para que serviriam essas informações?

Wilson Santos – Como disse, desconheço o relatório. Já orientei o prefeito Abílio a levar essa questão diretamente ao município, como fazíamos antes. Ele tem o poder para desapropriar, como fez Roberto França na época do Altos da Serra: desapropriou 202 hectares, negociou o pagamento com o proprietário em 20 parcelas, e nunca mais houve problema. A solução está ao alcance do Executivo municipal, basta vontade política.

Centro Oeste Popular – Sobre os empréstimos consignados: seu projeto é mais abrangente que o decreto estadual que limita contratos suspeitos a 90 dias? O projeto encerra de vez a parceria com a Capital Consig?

Wilson Santos – Sim, meu projeto é mais abrangente. Ele anula o convênio 030/2022, encerrando definitivamente a parceria entre o governo e a Capital Consig. Caso aprovado, o decreto legislativo terá efeito imediato, extinguindo os efeitos desse convênio. Mesmo com parecer contrário, vamos trabalhar para reverter essa situação. É um passo importante para proteger os servidores e garantir mais transparência nesse tipo de operação.

GESTÃO EFICIENTE

Sob comando de Sérgio Ricardo, TCE-MT fortalece fiscalização e moderniza gestão pública

Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso tem promovido avanços na transparência, controle de gastos e aproximação com a sociedade

Lucas Leite | Da Redação

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) vive um novo momento sob a presidência do conselheiro Sérgio Ricardo, que assumiu o cargo com o compromisso de modernizar o órgão, ampliar a eficiência das fiscalizações e garantir maior transparência no uso dos recursos públicos. À frente da instituição, Sérgio Ricardo tem implementado medidas que reforçam o papel do TCE como guardião das contas públicas e aliado da boa gestão.

Entre as principais ações da atual presidência estão a digitalização de processos, o fortalecimento dos sistemas de auditoria, a aproximação com os gestores municipais e a promoção de capacitações técnicas. A meta, segundo o conselheiro, é transformar o Tribunal em uma ferramenta proativa de orientação e controle, prevenindo erros antes que se tornem prejuízos ao erário.

“Não queremos apenas punir gestores. O nosso foco é orientar, prevenir e garantir que o dinheiro público seja bem aplicado”, afirmou Sérgio Ricardo em recente discurso. A postura mais pedagógica do órgão tem sido reconhecida por prefeitos e vereadores, que veem no TCE um parceiro na melhoria da gestão.

O TCE também tem investido em tecnologia, com novos sistemas que permitem acom-



Com foco em resultados concretos, o presidente Sérgio Ricardo tem buscado ampliar o alcance do TCE, tornando-o mais acessível e presente nas regiões do estado

panhar em tempo real os gastos das prefeituras e órgãos públicos. Outro avanço importante foi a criação de canais de denúncia e participação popular, reforçando o controle social.

Com foco em resultados concretos, o presidente Sérgio Ricardo tem buscado am-

pliar o alcance do TCE, tornando-o mais acessível e presente nas regiões do estado. Auditorias em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura têm sido intensificadas, garantindo maior efetividade no acompanhamento das políticas públicas.

O bom desempenho da gestão vem sendo reconhecido por especialistas em controle externo e por representantes da sociedade civil, que destacam a postura moderna e responsável adotada pela atual presidência.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Crise na Secretaria de Meio Ambiente trava construção civil em Cuiabá, admite prefeito

Prefeito Abílio Júnior reconhece baixa produtividade da pasta e afirma que até 700 projetos aguardam aprovação; setor ameaça levar investimentos para o interior



Abílio reconheceu, no entanto, que a gestão ainda não encontrou uma solução definitiva para o gargalo. Segundo ele, estão sendo feitas alterações legais para simplificar exigências e permitir maior agilidade nas análises

Lucas Leite | Da Redação

Em meio a críticas da base aliada e do setor da construção civil, o prefeito de Cuiabá, Abílio Júnior (PL), admitiu que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente enfrenta sérios problemas de produtividade, que estariam travando o avanço de novos empreendimentos na capital. Durante entrevista, o gestor revelou que cerca de 700 projetos aguardam aprovação na pasta e que apenas 4 a 5 alvarás são emitidos por dia.

“Infelizmente, a produção da Secretaria de Meio Ambiente é muito baixa. Um projeto leva, em média, 12 horas para ser analisado e, mesmo assim, retorna diversas vezes para correções por parte de arquitetos e engenheiros”, afirmou Abílio, ao responder a questionamento sobre a convocação do secretário da pasta pela Câmara Municipal. O requerimento foi apresentado pelo próprio líder do prefeito na Casa, vereador Dilemário Alencar (Podemos).

A situação tem gerado revolta entre empresários e parlamentares. O vereador Daniel Monteiro (União) também criticou a lentidão da secretaria, que estaria desestimulando investimentos na cidade. De acordo com relatos, construtoras de médio porte ameaçam migrar seus projetos para o interior de Mato Grosso.

Sobre essa possibilidade, o prefeito minimizou: “Ninguém vai deixar de construir em Cuiabá por causa da aprovação de projeto. Isso é definido pelo mercado. Se há demanda, vão continuar construindo aqui e no interior”.

Abílio reconheceu, no entanto, que a gestão ainda não encontrou uma solução definitiva para o gargalo. Segundo ele, estão sendo feitas alterações legais para simplificar exigências e permitir maior agilidade nas análises, além da instalação do chamado alvará declaratório. O prefeito também anunciou um processo seletivo em andamento para contratar mais profissionais.

“Estamos estudando como melhorar sem ferir os processos legais. A intenção é conversar com a Câmara para simplificar a legislação, reduzir os requisitos, sem perder critérios técnicos. Ainda não está do jeito que a gente gostaria”, completou.

Com o encerramento do decreto de calamidade financeira, que vigorou por seis meses, Abílio destacou que o foco da administração será manter a regularidade financeira da prefeitura. “Quando assumimos, havia salários e 13º atrasados, dívidas, nenhuma reserva em caixa. Em seis meses, pagamos sete folhas salariais e mantivemos todos os serviços funcionando, sem paralisações nas unidades de saúde ou em outras áreas”.

O prefeito também adiantou que, no dia 9, apresentará um relatório ao Tribunal de Contas de Mato Grosso detalhando os valores economizados durante o período emergencial. “Estamos corrigindo as contas públicas sem paralisar a cidade. Mas herdamos uma dívida de curto prazo de R\$ 700 milhões. Foi um esforço gigantesco da equipe”, concluiu.

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

ALIANÇA ESTRATÉGICA

Após rumores, parlamentares unem forças e articulam solução para evitar o fechamento da Santa Casa de Cuiabá

Em relação à desativação da Santa Casa, o secretário Gilberto Figueiredo destacou que será elaborado um plano operativo para a migração dos serviços, sendo que aproximadamente 70% das atividades atualmente realizadas na unidade serão transferidas para o Hospital Central

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Em abril de 2025, o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, anunciou o remanejamento de todos os serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá para o Hospital Central, que será inaugurado nos próximos meses. A declaração foi feita durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e gerou reação imediata de parlamentares e da sociedade civil.

Diante do anúncio, o deputado estadual Wilson Santos (PSD) fez um alerta: é necessário que a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal e a Prefeitura de Cuiabá busquem alternativas para o prédio da Santa Casa, com mais de 200 anos de história. "O Estado não continuará com a gestão da unidade. É fundamental que as autoridades se antecipem, para evitar o fechamento inesperado da Santa Casa", destacou. O parlamentar lembrou que a unidade já foi considerada um dos maiores hospitais da América Latina e que, atualmente, oferece atendimentos de média e alta complexidade pelo SUS.

O prédio histórico, construído entre 1815 e 1817, pode ser colocado à venda para pagamento de dívidas trabalhistas acumuladas desde o fe-



Foto: Marcos Vergueto

chamento da unidade em 2019. A Justiça do Trabalho autorizou a alienação do imóvel, avaliado em cerca de R\$ 78 milhões. Segundo o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MT), os recursos arrecadados serão destinados à quitação de verbas rescisórias e salários atrasados de ex-funcionários. Já foram pagos 384 processos com R\$ 7,3 milhões, mas restam 476 ações que somam R\$ 43,7 milhões. O edital da venda ainda está em elaboração.

Durante o período em que esteve sob requisição administrativa, a Santa Casa foi utilizada como unidade estadual de saúde. O governo do Estado já repassou cerca de R\$ 26 milhões em alugueis, atualmente em torno de R\$ 461 mil mensais. No entanto, com a conclusão das obras do Hospital Central, a desativação da Santa Casa foi colocada em pauta.

Gilberto Figueiredo esclareceu que cerca de 70% dos serviços hoje prestados pela

Santa Casa serão transferidos para o Hospital Central. Os demais, como oncologia e hemodiálise, serão contratualizados com o Hospital do Câncer. Ele também informou que ainda não há uma Organização Social de Saúde (OSS) contratada para gerir o novo hospital, mas que a Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein é a principal cotada. A equipe da Santa Casa poderá ser parcialmente reaproveitada, mas não há exigência legal de contratação de servidores efetivos.

O secretário reforçou que será elaborado um plano de transição para garantir a continuidade dos atendimentos. "Todos os serviços serão transferidos com responsabilidade, sem descontinuidade. Quanto à Santa Casa, o prédio poderá continuar, mas não será mais administrado pelo Estado. Caso não haja interesse de compra, ele poderá ser leilado pelo TRT", explicou.



Foto: ALMT

"A Santa Casa é mais do que um hospital. É um símbolo da saúde pública e da história de Cuiabá. Já salvou milhares de vidas", afirmou Russi

A possível desativação definitiva da Santa Casa motivou manifestações populares. No dia 28 de junho, um grupo de cidadãos realizou um abraço simbólico ao hospital, organizado pelo vereador Alex Rodrigues (PV), para chamar a atenção das autoridades sobre a importância da unidade para Cuiabá e para o SUS.

A mobilização também alcançou a Assembleia Legislativa. O presidente da Casa, deputado Max Russi (PSB), afirmou que a maioria dos parlamentares é contrária ao fechamento da Santa Casa. Ele revelou que está em discussão uma proposta para que o Estado adquira o imóvel e o repasse ao município de Cuiabá. A medida visa manter o hospital em funcionamento e promover melhorias estruturais e nos serviços oferecidos.

"A Santa Casa é mais do que um hospital. É um símbolo da saúde pública e da história de Cuiabá. Já salvou milhares de vidas e viu nascer muitas outras. Estamos buscando uma solução que preserve essa instituição. O governador se comprometeu que, se a proposta atual não avançar, o Estado poderá comprar o prédio e entregá-lo ao município", afirmou Russi.

O parlamentar reforçou que, embora a transferência dos atendimentos para o Hospital Central traga avanços técnicos e estruturais, é essencial garantir que a Santa Casa continue funcionando, com nova gestão, sem abandonar seu valor histórico e seu papel no atendimento à população cuiabana.

NA LINHA DE FOGO

Cattani rebate acusações, critica vazamentos e defende emendas em meio à crise política

Cattani critica vazamentos que associam parlamentares a corrupção, questiona segurança jurídica das emendas e reage a acusações sobre ato na Paulista

■ Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Gilberto Cattani se manifestou de forma contundente sobre a crise envolvendo a destinação de emendas parlamentares em Mato Grosso, que colocou 14 deputados sob suspeita pública. Segundo ele, não houve erro em levar adiante as denúncias recebidas, mas sim na maneira como o caso foi conduzido e, principalmente, nos vazamentos de informações que associaram os parlamentares diretamente a atos de corrupção.

"Chegou, ele tem a obrigação de passar adiante. Não vejo que ele tenha feito alguma coisa de errado. O que está errado é o vazamento depois disso e como foram conduzidas essas questões aí, onde colocam os deputados como já investigados ou criminosos", criticou Cattani.

Para ele, o principal prejuízo foi à imagem dos parlamentares, o que gerou forte desgaste junto à opinião pública, que o povo de Mato Grosso hoje vê os 14 deputados como ladrões e que ficou ruim para ele, dizendo ser uma imagem falsa e que isso tem que ser combatido.

O Deputado também defendeu que, ao receber uma denúncia, qualquer gestor público tem a responsabilidade de encaminhá-la. Segundo ele, esse procedimento está correto e dentro da legalidade e que a questão de que alguém receber como gestor público uma denúncia e levar isso adiante está correto.

Questionado sobre o clima na Assembleia Legislativa após os vazamentos, o deputado afirmou que há opiniões diversas entre os parlamentares, mas preferiu não generalizar.

"Existem todo tipo de opinião. Dó posso falar por mim. Acho que ele não agiu errado em levar



Foto: ALMT

Gilberto Cattani se manifestou de forma contundente sobre a crise envolvendo a destinação de emendas parlamentares em Mato Grosso, que colocou 14 deputados sob suspeita pública

adiante a denúncia. O que está errado é a forma como ela foi conduzida e como foi noticiado, como foi vazado, esse tipo de coisa que eu me refiro".

Cattani também mencionou o caso do deputado Carlos Avallone, que teria sido citado por supostamente destinar R\$ 10 milhões em emendas, algo que, segundo Cattani, nunca aconteceu.

"Por exemplo, tenho o Carlos Avallone citado com 10 milhões de emendas e ele nunca colocou essa emenda. Isso é um absurdo. Como que pode mentir descaradamente assim?"

Em sua defesa, Cattani afirmou ter destinado emendas para a Ciaf (Centro Integrado de Assistência Familiar), mas reiterou que a responsabilidade por processos licitatórios e contratações é do Executivo. O parlamentar afirmou que não era responsável por fazer tomada de preço e que fazer licitações ou contratar empresa, tal empresa que ele afirma nem sabe estar envolvida e que seria um absurdo a maneira como foi colocada emendas.

A insegurança jurídica diante da exposição dos parlamentares fez o deputado refletir sobre a continuidade da destinação de recursos por meio de emendas. Cattani afirmou que ficou receoso em destinar emendas e que estudou muito e continua estudando e não utilizar emendas no futuro, ressaltando que está somente pesquisando, que não disse que irá fazer.

Segundo ele, se não houver garantias mínimas de proteção legal, não faz sentido manter a prática e se não for tão frágil assim, para que fazer isso, que não estariam no parlamento, pois não são bancários, ainda reforçando não estarem ali para distribuir dinheiro para ninguém. Segundo ele, estão ali para fazer legislação em favor do povo mato-grossense.

Cattani ainda destacou a importância de se criar mecanismos de proteção aos deputados para que não sejam responsabilizados por desvios cometidos por terceiros após a destinação das verbas.

"Essas questões das emendas, elas são muito delicadas. Precisamos de segurança jurídica para isso. Não é crível que um deputado destine uma emenda, alguém vá lá na frente e faça alguma coisa errada, e o deputado pague por isso".

Logo em seguida o deputado também comentou sobre seu requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que acabou sendo arquivado por falta de apoio. Cattani comentou sobre sua apresentação de um requerimento sobre a instalação que obteve somente quatro assinaturas há quatro sessões atrás. Mencionou também que o pessoal do PT, principalmente, disse que não iria assinar porque queriam fazer outro requerimento, e finalizou dizendo que estariam enterrando a CPI e que assim foi arquivado.

Além disso, o parlamentar se manifestou favorável à proposta da Aprosoja de congelamento do FETAB, diante da crise enfrentada pelo setor produtivo. Cattani comentou que se chegar, tem o apoio, afirmando ser muito importante nesse momento, já que produtores estão passando por uma crise muito grande, e que seria de fato muito importante o congelamento do FETAB.

Durante a entrevista, Cattani também foi questionado sobre o movimento realizado na Avenida Paulista em apoio ao Bolsonaro no fim de semana passado, que reuniu apoiadores da esquerda e contou com a presença de Tarcísio de Freitas. Diante da pergunta sobre uma suposta perda de força do movimento, o deputado reagiu com indignação. "Não sei se o meu olho não está enxergando direito, mas vi gente pra danar lá".

Em seguida, pegou o celular e mostrou um vídeo onde a avenida aparecia completamente lotada. Com isso, rebateu comentários que circulam nas redes sociais de que o público teria sido criado por inteligência artificial. Cattani rindo com deboche, ainda comentou que estariam querendo anular o movimento dizendo que é montagem e que não teria como dizer que aquilo era público artificial. Por fim, resolveu provar que a Paulista estava cheia e mostrou um registro que teria recebido, onde mostrou estar lotado e que era Fake News sobre o movimento não ter obtido força.



O amor é a única energia capaz de mudar o mundo. Vó Nina

A fé

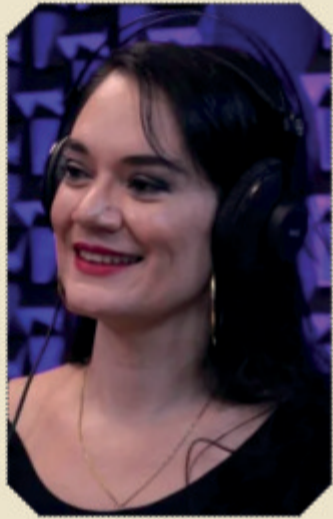
Foi ensinado que ao darmos importância somente para dor física, dores emocionais são vistas como fresca, fraqueza, desnecessária, sem importância. Mas a dor emocional é mais complexa de se entender, pois cada ser humano é singular, exclusivo e individual e cada ser reage emocionalmente de uma forma única independente se as emoções forem positivas ou negativas.

Todos queremos, ser respeitados emocionalmente, acolhidos em nossas ações, aprovados nas escolhas e isso pode nos tornar frágeis. Embora evoluídos tecnicamente, ainda vemos preconceito, ignorância e inércia no crescimento individual.

O uso sistemático da tecnologia, acesso irrestrito à internet facilitam a manipulação, o espelho mágico da televisão e notebooks, vai anulando, a comunicação face a face, e vamos deixando de lado sonhos, família, amigos e a real experiência do viver sentindo o calor, a energia, a vibração e emanações hormonais do outro, o que amortece gradativamente a sensibilidade, a empatia real, a emoção verdadeira e legítima.

Tal cenário abre campo para mentes manipuladoras que a qualquer custo vencem pessoas, causando consequências nocivas, alienantes, não medem esforços para materializar objetivos, mentem, ludibriam, enganam, distorcem valores, em tudo agem para alimentar o ego, sempre faminto de cargos, salários, bens, fama e fortuna ou relacionamento e vão vaidosamente por cima de tudo e de todos. Mentes manipuladoras geram relacionamentos tóxicos que geram sequelas, dores, baixa estima, alienações parentais prejudicando almas no resto de suas vidas.

Mentes manipuladoras têm necessidade de manipular e controlar pessoas e situações e algumas características que as evidenciam



são:

Desviam a culpa de si mesmas e encontram justificativas para seus atos.

Mudam de assunto para não admitir que estão erradas. Dizem meias verdades.

Induzem a culpa no outro.

Criticam sem ser notadas, desvalorizam e julgam. Aproveitam-se da insegurança alheia.

Usam a linguagem corporal para transmitir emoções e fazer com que a vítima se sinta culpada.

Quando detectamos esse perfil de personalidade manipulador o melhor a fazer é manter distância, pois é impossível se relacionar com esse padrão de pessoa; sempre mentindo para terem vantagens e alcançar suas metas e objetivos e podem destruir sua imagem, reputação, família, círculos de amizade, trabalho entre outros.

Enfim, meditemos antes de aceitar de propostas e ideias, evitemos fofocas, observemos nossas escolhas, nossas conclusões, busquemos a verdade dos fatos, guardemos o sigilo de nossas intimidades e planos, respeitando nossos próprios limites.

Dores emocionais, angústia, sensação de inutilidade, insatisfação generalizada com a própria vida, ausência de motivação e criatividade devem ser avaliadas e acolhidas evitando-se maiores transtornos emocionais prejudiciais. Percebendo este cenário, se for o caso, procure a ajuda profissional para gerir e entender sentimentos e emoções. Quem se conhece, erra menos.

Giuliana Altimari
é psicoterapeuta holística e e colunista social veja mais no giuliana.com.br

Contato: giu.altimari@gmail.com
ou (65) 99641-0281.

Terceira festa do Julião foi um mix de fé reencontro e sincretismo religioso. Realizada por Gilda Portella no Centro Espírita Nossa Senhora do Carmo em homenagem a São João Batista, Xangô e a Zé Pelintra. A festa arrecadou fraldas geriátrica para doação.



FAÇA UMA DOAÇÃO
APOIE, PARTICIPE E COLABORE!

cuiaba@apaemt.org.br
CNPJ: 03.482.590/0001-31

Há 57 anos, a APAE de Cuiabá atende alunos que necessitam de cuidados especiais, amor e carinho.
INFORMAÇÕES 65 3322-8853

MIGRAÇÃO INTERNA

Mato Grosso atrai milhares de brasileiros em busca de oportunidades

Estado figura entre os que mais recebem migrantes do país; maioria vem do Maranhão, Pará e Rondônia. Cuiabá lidera como destino preferido

■ Maria Cardoso | Da Redação

A combinação de terras produtivas, crescimento econômico acelerado e demanda por mão de obra tem feito de Mato Grosso uma das principais rotas de migração interna no Brasil. Segundo o Censo 2022 do IBGE, o estado teve um saldo migratório positivo de mais de 103 mil pessoas entre 2017 e 2022, ficando entre os cinco estados que mais receberam moradores de outras partes do país.

O movimento é silencioso, mas constante. Por trás dos números, estão histórias de superação, esperança e reconstrução. A maioria dos novos moradores vem do Maranhão, Pará, Rondônia, Piauí e também de São Paulo, em busca de melhores condições de vida, principalmente no setor agropecuário, construção civil e serviços urbanos.

Além desses lugares, outros estados vizinhos como Goiás, tem se migrado aqui em Mato Grosso, onde plantou suas raízes e se sentiu abraçado pelo o estado, gerando um conforto mesmo sendo quase vizinhos. À exemplo disso, está o Geovane Pereira, que saiu do interior de Goiás e hoje mora há mais de 40 anos no Rio Manso em Cuiabá.

“Sai de Goiás quando tinha 16 anos e vim morar no Rio Manso, isso em 1982, logo depois meus pais vieram. Fomos praticamente os pioneiros da região”, lembra Geovane, hoje com



Fotos: Reprodução

Além da migração interna, Mato Grosso também acolhe estrangeiros, principalmente venezuelanos, haitianos e bolivianos, que representam entre 10 mil e 15 mil pessoas vivendo no estado

62 anos. A memória ainda viva daqueles tempos difíceis é carregada de orgulho. “Naquela época, tudo era muito difícil, a estrada era de chão e às vezes levava um dia inteiro para chegar”, recorda, ressaltando o isolamento e os desafios enfrentados por quem decidiu construir vida nova no interior mato-grossense.

Geovane fala com admiração sobre a trajetória da mãe, figura central na história da família e da comunidade. “Minha mãe se encontrou na profissão dela aqui, fez curso e se tornou professora, trabalhou por anos até se tornar vereadora por anos”, conta, orgulhoso. A atuação dela foi além da política: “Ela também criou a primeira associação de pequenos pro-

dutores, trouxe o plantio de algodão, ajudou a implantar o cultivo de banana, e conseguiu máquinas para beneficiar o arroz, que antes só limpavam no pilão”.

Com empenho e liderança, a mãe de Geovane foi fundamental para o desenvolvimento local. “Além disso, criou a Associação das Mulheres, trouxe médicos, postos de saúde, e até implantou agentes de saúde, que andavam a pé ou a cavalo para atender a comunidade”, acrescenta. A força dessa mulher marcou gerações e se reflete até hoje no respeito e carinho que a população nutre por ela. “Minha mãe foi uma guerreira, muito respeitada e querida até hoje. Ela sempre lutou e ainda luta pelo pro-

gresso da região, correndo atrás das autoridades para conseguir melhorias”.

Ao olhar para o presente, Geovane reconhece o quanto a história da família está entrelaçada com a do próprio Rio Manso. “Tudo que o Rio Manso é hoje, com essa beleza e desenvolvimento, devemos muito ao esforço dela e da nossa família que ajudou a construir essa comunidade desde o começo”, afirma. Para ele, não há dúvida sobre seu pertencimento: “Hoje me sinto mato-grossense. Aqui é onde minhas filhas nasceram, onde consegui trabalhar e crescer. Não penso em voltar”, conclui com firmeza e gratidão.

Os dados revelam que essa migração tem caráter predominantemente econômico. Municípios como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Rondópolis e Sinop também recebem um fluxo intenso de trabalhadores que chegam para atuar em fazendas, frigoríficos e transportadoras.

A cidade de Cuiabá, por sua vez, tem se consolidado como um polo de acolhimento urbano. É onde chegam muitas famílias em situação de vulnerabilidade, que buscam trabalho informal ou acesso a serviços públicos de saúde e educação. Segundo o IBGE, cerca de 25% da população cuiabana atual não nasceu em Mato Grosso.

Além da migração interna, Mato Grosso também acolhe estrangeiros, principalmente venezuelanos, haitianos e bolivianos, que representam entre 10 mil e 15 mil pessoas vivendo no estado. No entanto, o volume de brasileiros de outros estados supera amplamente o número de imigrantes internacionais.

A estrutura pública ainda tenta se adaptar à nova realidade. Escolas municipais têm ampliado vagas, enquanto serviços de saúde vêm enfrentando pressão pelo crescimento populacional nas periferias urbanas. Mesmo assim, o saldo para o estado é considerado positivo.

Com mais de 3,7 milhões de habitantes, o estado segue crescendo acima da média nacional, impulsionado por sua força agrícola, mas também pelo dinamismo urbano. E para quem chega, o sentimento é claro: Mato Grosso virou sinônimo de chance.

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL!

SALA COMERCIAL À VENDA NO EDIFÍCIO ELDORADO HILL

LINDA, MOBILIADA E COM PADRÃO A DE ACABAMENTO. PRONTA PARA USO, NO MELHOR PONTO COMERCIAL DA CIDADE!

TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

INFRAESTRUTURA E POLÍTICA

Avallone comenta impasse no Portão do Inferno e cobra solução rápida para a Chapada: “A população está sofrendo”

Parlamentar aponta falhas no início das obras, propõe testes técnicos emergenciais e diz que governo será cobrado por prejuízos à população

■ | Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Carlos Avallone se posicionou sobre os problemas na região do Portão do Inferno, em Chapada dos Guimarães, e defendeu soluções técnicas e mais ágeis para minimizar os impactos à população. Segundo ele, o município tem sofrido com as obras e a interdição da rodovia.

Avallone avaliou que a proposta apresentada para resolver os problemas estruturais na região parece mais rápida e eficiente. Apesar de ainda não ter tido acesso aos estudos técnicos nem visitado o local, ele reconheceu a urgência da situação. “A população da Chapada precisa de uma solução definitiva. A demanda é real e não pode mais ser adiada”, afirmou.

O parlamentar também tem articulado propostas para minimizar os prejuízos enfrentados por comerciantes, estudantes e moradores. Uma das ideias discutidas por ele é a realização de testes técnicos para avaliar a possibilidade de ampliar, mesmo que de forma controlada, a carga permitida para veículos que trafegam pela estrada. De acordo com Avallone, há equipamentos que permitem medir com precisão o peso dos veículos, e os testes poderiam embasar uma solução provisória até a conclusão das obras.

Além disso, Avallone tem promovido reuniões com lideranças locais e pretende intensificar o diálogo por meio da Comissão de Infraestrutura da Assembleia Legislativa. Ele justificou



Em sua fala, Siqueira reforçou que, apesar das críticas à gestão, nunca agiu com desrespeito, e aproveitou para se desculpar publicamente com a presidente da Câmara, Paula Calil, pelo tom elevado de algumas declarações anteriores

seu envolvimento pelo vínculo pessoal e político com Chapada, onde reside há mais de 30 anos e recebe forte apoio eleitoral. “Quero participar diretamente das discussões porque conheço a realidade da região e estou comprometido com seu desenvolvimento”.

O deputado criticou a condução inicial das obras por parte do Governo do Estado, alegando falta de planejamento técnico. Para ele, o Executivo se precipitou ao iniciar as intervenções sem considerar todas as alternativas disponíveis. “Havia dez opções estudadas, inclusive um túnel. Mas a escolha feita enfrentou obstáculos ambientais, que limitaram a atuação fora do parque. Isso gerou conflitos nos estudos e prejudicou o andamento do projeto”.

Avallone relatou que, após a autorização para atuar dentro do parque, surgiram novas descobertas técnicas. “Quando foi permitido entrar no parque, perceberam-se vários fatores que levaram à necessidade de mudar o projeto. Me parece que essa mudança é baseada nas informações mais recentes que tenho recebido. Agora, precisamos aguardar os próximos passos”, declarou.

O deputado também destacou um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coordenado pelo geólogo Caio Vieira, que já apontava, com um ano de antecedência, a inviabilidade de estabilização na área do Portão do Inferno. Segundo ele, o governo errou ao ignorar essas conclusões, o que

torna essencial rediscutir os estudos e considerar todas as análises técnicas, inclusive as inicialmente negligenciadas, para se chegar a uma solução definitiva.

Sobre o desgaste político causado pelos impasses no Portão do Inferno e no projeto do BRT, Avallone reconheceu a pressão sobre o governador Mauro Mendes. “Tudo o que exige muita explicação já não é bom. Como dizia Garcia Neto: na política, quando se precisa explicar demais, é porque algo está errado. Foram muitos erros acumulados, não de um só governo, mas de um longo período, especialmente no caso do BRT”.

Ele também ressaltou que não se pode atribuir a responsabilidade a uma única pessoa. “Houve muitos equívocos. O governador está tentando dar uma solução, mas essa solução enfrenta diversos problemas. Esperamos que sejam resolvidos o quanto antes”.

Quanto ao impacto político, Avallone afirmou que será inevitável, mas que a resposta virá nas urnas. “O desgaste existe, e será cobrado no momento certo”.

Em relação à recente polêmica envolvendo 14 deputados suspeitos de desvio de emendas parlamentares, Avallone negou qualquer intenção de criar obstáculos jurídicos para a investigação. “Vocês lembram o que aconteceu comigo na semana passada. Reagi de forma mais incisiva, algo incomum no meu perfil. Mas nós, que estamos na política, precisamos explicar bem. Quando sai uma notícia, ela alcança muita gente, mas a explicação nem sempre. Por isso insisto: preciso que a Decor assumo o erro que cometeu, para que, quando esse assunto voltar na época da eleição, e ele vai voltar, tenho documentos para comprovar que fui vítima de um processo que sequer entendi”.

Por fim, Avallone disse que o governador Mauro Mendes deverá ser cobrado pela condução das obras, assim como outros envolvidos, o que considera natural na política. Ele ponderou, no entanto, que Mendes entregou avanços concretos ao longo do mandato. “O Estado foi recebido em uma condição e está sendo entregue em outra, com melhorias reais em várias áreas”.

É assim que o NOSSO trabalho chega até VOCÊ.

GARANTIR O FIM DOS LIXÕES E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está atuando junto aos municípios, fiscalizando recursos e buscando soluções para garantir o cumprimento do Marco Legal do Saneamento e levar mais qualidade de vida para todos.

Acesse os canais e acompanhe o nosso trabalho.

TCEMatoGrosso

tce mt